

1 Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezoito, às nove horas e  
2 cinquenta minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no  
3 Setor de Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office,  
4 térreo, sala cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a vigésima quinta  
5 plenária do décimo sétimo plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam  
6 presentes nessa ocasião: Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega, Fabián Javier  
7 Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte Guerra, Iolete Ribeiro da  
8 Silva, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves Batista, Norma Celiane  
9 Cosmo, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos, Pedro  
10 Paulo Gastalho de Bicalho, Regina Lúcia Sucupira Pedrosa, Rogério Giannini,  
11 Rosane Lorena Granzotto, Sandra Elena Sposito. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho  
12 iniciou a reunião, passando a palavra para Marisa Helena Alves Batista, para dar  
13 informe sobre a inspeção em hospitais psiquiátricos. 1. INFORME SOBRE A  
14 INSPEÇÃO EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS. Marisa Helena Alves Batista  
15 contou que a inspeção foi realizada de três a sete de dezembro, em quarenta  
16 instituições psiquiátricas. A escolha das instituições se deu a partir dos dados do  
17 relatório do Pnash/Psiquiatria – Programa Nacional de Avaliação dos Serviços  
18 Hospitalares - Psiquiatria, naquelas instituições manicomialis que têm algum histórico  
19 de denúncia de violação de direitos. As inspeções aconteceram em 17 estados,  
20 abrangendo todas as regiões. Foram feitas várias reuniões preparatórias, em que  
21 foram criados os instrumentos que subsidiaram a inspeção, como os questionários  
22 com as equipes dos hospitais e a relação de documentos que deveria ser vistoriada. A  
23 participação do Ministério Público do Trabalho foi importante na verificação das  
24 questões relacionadas às condições de trabalho. A Defensoria e os Conselhos se  
25 encarregaram das entrevistas com funcionários e pacientes. A vistória aconteceu sem  
26 aviso prévio às instituições. A partir de agora, há o prazo de dez dias para o  
27 recolhimento dos materiais produzidos e elaboração do relatório final. Foram  
28 encontradas muitas situações precárias, apesar de todo o avanço da luta  
29 antimanicomial. A plenária concluiu que infelizmente a política de saúde mental que  
30 está sendo pensada atualmente adota esse modelo de instituição total encontrado nas  
31 instituições vistoriadas. Assim, será necessário o estudo de estratégias de muito  
32 impacto para novas conquistas no campo. Jureuda Duarte Guerra e Paulo José  
33 Barroso de Aguiar Pessoa falaram da importância de fazer menção à Portaria nº  
34 3.659/2018 do Ministério da Saúde, nas ações relativas à inspeção, visto que essa

*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
mrbg  
R  
P  
A

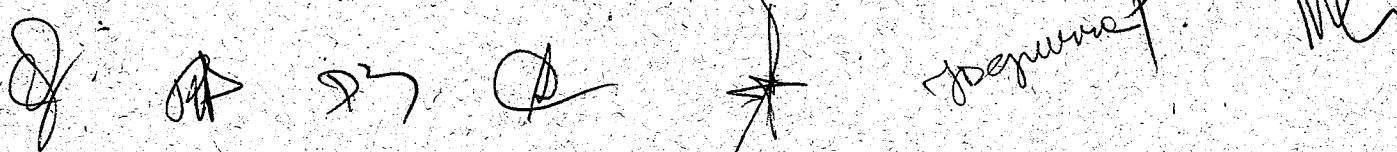
*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:*  
Jureuda  
Pessoa  
A  
M

35 norma suspendeu o repasse de recursos de grande magnitude para as RAPs – Redes  
36 de Atenção Psicossocial de vários municípios. Foi informado que Paulo José Barroso  
37 de Aguiar Pessoa e Marisa Helena Alves Batista estão escrevendo uma nota de  
38 posicionamento do Sistema Conselhos de Psicologia sobre o assunto, a qual poderá  
39 ser apreciada no final da reunião. Foi solicitada a cobertura da Comunicação do CFP  
40 sobre os desdobramentos do tema. Paulo Roberto Martins Maldos, Paulo José  
41 Barroso de Aguiar Pessoa e Marisa Helena Alves Batista, em resposta à Sandra Elena  
42 Sposito - que perguntou sobre próximas providências, falaram sobre a necessidade de  
43 difundir o relatório final, fazendo diversos lançamentos regionais, para que a  
44 denúncia possa ganhar repercussão. Paulo Roberto Martins Maldos lembrou que na  
45 próxima reunião do Comitê de Combate à Tortura, a inspeção será ponto de discussão  
46 com a presença de várias instituições que podem adotar alguma medida, como a OAB  
47 (Ordem dos Advogados do Brasil), o Ministério Público, O Mecanismo. Maria  
48 Márcia Badaró Bandeira estará presente e poderá trazer os informes ao CFP. Norma  
49 Celiane Cosmo falou sobre a necessidade de dialogar com outras instituições do  
50 Judiciário, visto que muitos órgãos têm apoiado essa política de instituições totais e  
51 corte de verbas de programas importantes. Paulo Roberto Martins Maldos informou  
52 que apresentará um relatório no Conselho Nacional de Direitos Humanos com uma  
53 lista de instituições do judiciário que passará por processo de formação. Essa lista  
54 pode trazer algumas indicações de novas instituições para o CFP se aproximar. O  
55 Plenário também discutiu sobre a importância de fazer esse relatório da inspeção  
56 chegar até a Abep, para impactar na formação. Foi deliberado que deve ser feito um  
57 informe sobre a inspeção na reunião de presidentes. Foi encaminhado que o assunto  
58 seja levado também para o CNDM – Conselho Nacional de Direitos das Mulheres,  
59 haja vista que o machismo incide na forma em que o diagnóstico de saúde mental é  
60 feito em relação às mulheres, gerando maior patologização psiquiátrica. Foi  
61 encaminhado que deve ser realizada alguma ação que envolva a discussão de gênero  
62 e produção de sofrimento mental para a campanha de saúde mental planejada para  
63 janeiro. 2. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO  
64 CRP 11 PROCESSO 27/2018: O processo será julgado em janeiro. Foi designada a  
65 conselheira Clarissa Paranhos Guedes para ser relatora. 3. DESIGNAÇÃO DE  
66 RELATORIA PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO 576600020.002633/2018-  
67 22: O processo será julgado em janeiro. Foi designada a conselheira Iolete Ribeiro da  
68 Silva para ser relatora. 4. DESIGNAÇÃO DE RELATORIA PARA PROCESSO

69 ADMINISTRATIVO 576600020.002614/2018-04: O processo será julgado em  
70 janeiro. Foi designada a conselheira Andréa Esméraldo Câmara para ser relatora. 5.  
71 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA DO CRP 06 – SP: Norma Celiane Cosmo informou  
72 que o ponto não será apreciado porque o CRP ainda está reorganizado o orçamento e  
73 não enviou os materiais a tempo. O ponto deve ser pautado para a próxima plenária.  
74 6. REPRESENTAÇÕES DA CONSELHEIRA CLEIA OLIVEIRA CUNHA: Foi  
75 definido que Pedro Paulo Gastalho de Bicalho será suplente de Célia Zenaide da  
76 Silva no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura. Regina Lúcia Sucupira  
77 Pedrosa acompanhará o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente  
78 junto com Iolete Ribeiro Silva e será a titular no Fórum Nacional dos Direitos da  
79 Criança e do Adolescente. Foi encaminhado que o assunto deve ser pautado para a  
80 reunião de diretoria, para verificar outras representações e trabalhos que estavam sob  
81 responsabilidade da Conselheira Cleia Oliveira Cunha. Foi indicado o nome de Nita  
82 Tuxá, psicóloga indígena, para análise sobre representação que possa vir a ocupar. 7.  
83 AVALIAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS: Fabián Javier Marin Rueda apresentou  
84 os relatórios dos testes psicológicos encaminhados para avaliação do Satepsi –  
85 Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos. 7.1. Bateria de Avaliação para Seleção  
86 – eletrônica (BASE) - Teste Psicológico – ficou definido que deve ser pautado para  
87 próxima plenária. 7.2. O Desenho da Figura Humana – Avaliação do  
88 Desenvolvimento Cognitivo Infantil (DFH IV) - Teste Psicológico: aprovado o  
89 parecer da CCAP – Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica. Ficou definido  
90 que deve ser feita uma correção no relatório que vai para os autores. 7. 3. Teste  
91 Wisconsin de Classificação de Cartas - Teste Psicológico: foi aprovado o relatório da  
92 CCAP. 7. 4. Perfil Pro 2 - Teste Psicológico: Foi aprovado o parecer da CCAP. 7. 5.  
93 Rorschach Sistema Compreensivo – Atualização de Normas: foi aprovado o parecer  
94 da CCAP. 8. VII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRAMD: Paulo José  
95 Barroso de Aguiar Pessoa informou que o CFP recebeu um ofício da ABRAMD –  
96 Associação Brasileira Multiprofissional sobre Drogas, informando sobre o Congresso  
97 Internacional da ABRAMD, a se realizar de cinco a oito de junho, em Curitiba-PR,  
98 perguntando se o CFP quer sugerir atividades e participar da Comissão Científica.  
99 Assim, Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa sugeriu que o CFP apresente duas  
100 atividades: um grupo de trabalho sobre gênero, racismo e as drogas; e uma mesa  
101 redonda sobre atuação do psicólogo no momento de desmonte das RAPs. Ele  
102 apresentou o nome de Roberta Brasilino para fazer parte da Comissão Científica.



Handwritten signatures and initials on the right margin, including names like 'Mury', 'Ferreira', 'JG', 'B', 'A', 'R', 'Mariano', and 'ME'.



Handwritten signatures at the bottom of the page, including names like 'J', 'A', 'D', 'S', 'R', 'M', and 'ME'.

103 Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa explicou que a ABRAMD era uma associação  
104 fechada que exigia currículo lattes dos associados com produção científica na área,  
105 mas que agora está se abrindo mais para outras possibilidades. Regina Lúcia Sucupira  
106 Pedrosa informou sobre um trabalho relativo a professores do ensino médio e relação  
107 com uso de drogas de alunos. Foi encaminhado que ela trabalhará junto com Paulo  
108 José Barroso de Aguiar Pessoa nas providências desse congresso. As indicações de  
109 Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa foram acatadas pela plenária. 9.  
110 ACOMPANHAMENTO DAS COMISSÕES DAS REFERÊNCIAS DO CREPOP:  
111 Marisa Helena Alves Batista pediu que cada conselheiro fizesse breve relato sobre o  
112 andamento de suas comissões de referências do Crepop. Sandra Elena Sposito  
113 informou que houve avanço das Comissões de Diversidade e de Aids. As pessoas  
114 foram contatadas e maioria está aceitando os convites. As reuniões serão marcadas  
115 para janeiro e fevereiro. Iolete Ribeiro da Silva informou que acompanha as duas  
116 referências sobre medidas sócio educativas – em meio aberto e em meio fechado, e  
117 que a equipe do Crepop tem auxiliado nos contatos com os autores. Ainda não  
118 conseguiu todos os retornos, mas o trabalho começou a se desenvolver. Maria Márcia  
119 Badaró Bandeira informou que acompanha a referência de Psicologia no Sistema  
120 Prisional e que todos aceitaram o convite do CFP. Pedro Pacheco já encaminhou  
121 contribuições para o texto. A equipe deve iniciar o trabalho em janeiro, para  
122 conclusão em março. Marisa Helena Alves Batista informou que foi composta a  
123 equipe das referências sobre Emergências e Desastres, já houve reunião no Congresso  
124 Brasileiro de Psicologia. Agora irão iniciar o trabalho de revisão. Marisa Helena  
125 Alves Batista informou sobre a necessidade de designar outra conselheira para  
126 acompanhar a referência sobre os serviços de atendimento de crianças e adolescentes  
127 vítimas de abuso, que estavam sob responsabilidade da Conselheira Cleia Oliveira  
128 Cunha. A Comissão já está composta, mas ainda não começou a trabalhar. Foi  
129 designada a Conselheira Iolete Silva Ribeiro. Marisa Helena Alves Batista enfatizou  
130 que as minutas das publicações precisam ficar prontas até março, para haver tempo  
131 hábil de publicação por esta gestão. Sobre a referência de povos tradicionais, Marisa  
132 Helena Alves Batista pediu a revisão das indicações dos *ad hocs*, pois maioria é de  
133 São Paulo e a ideia é ter convidados de regiões diversificadas. Ficou combinado que  
134 os conselheiros vão enviar indicações por e-mail. Jureuda Duarte Guerra ficou de  
135 consultar a professora Eunice, do CRP-10/PA/AP, para sugerir nomes. Iolete Ribeiro  
136 da Silva também ficou de enviar uma indicação até a próxima semana. Paulo Roberto



137 Martins Maldos indicou Daniela Muniz de Lima, que é psicóloga quilombola. Marisa  
138 Helena Alves Batista indicou Rafael da CSAI para a comissão de povos indígenas.  
139 Jureuda Duarte Guerra lembrou sobre as críticas recebidas pelo CFP e da necessidade  
140 de o Crepop se aproximar mais de quem tem produção na área, e não focar apenas na  
141 academia. Fabián Javier Marin Rueda informou que na plenária passada apresentou a  
142 referência de sua responsabilidade, que está pronta, mas esqueceu de solicitar que  
143 seja realizado um diálogo digital em 28 de fevereiro. A proposta foi aprovada. 11.  
144 PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA - CFP  
145 2019: Pedro Paulo Gastalho de Bicalho informou que o ponto já foi apreciado na  
146 plenária no dia anterior, entretanto, chegou uma solicitação de empréstimo do CRP-  
147 02/PE, informando dificuldades sobre arrecadação de 2018 que culminaram em  
148 dificuldades para encerramento das contas do ano. Norma Celiane Cosmo explicou  
149 que a equipe técnica do CFP fará a análise da documentação para verificar se é  
150 possível realizar o empréstimo dentro da legalidade. A plenária autorizou  
151 previamente o empréstimo, se for o caso, após a análise dos documentos. Pedro Paulo  
152 Gastalho de Bicalho lembrou que o CRP-02/PE já tem um empréstimo e perguntou se  
153 isso não impediria o segundo empréstimo. Norma Celiane Cosmo respondeu que esse  
154 é um dos pontos a ser analisado pela equipe. 12. REPRESENTAÇÃO NO CFM:  
155 Sandra Elena Sposito informou que o CFP tem uma representação em uma comissão  
156 interna do Conselho Federal de Medicina para rever protocolos médicos sobre o  
157 processo transexualizador. Ela explicou que na gestão anterior o CFP era  
158 representado por Máximo Prado, e, em seguida, nesta gestão, a representação foi feita  
159 por Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, e, agora, tem sido feita por ela, em  
160 revezamento com Ematuir, da Comissão de Direito Humanos. Sandra Elena Sposito  
161 contou que essa comissão já funciona há quatro anos, e conta também com  
162 representação do CFESS – Conselho Federal de Serviço Social e do Ministério da  
163 Saúde. O CFP identificou certa morosidade na revisão dessa resolução e avaliou que  
164 isso aconteceu especialmente porque o assunto sofre muitos tensionamentos,  
165 inclusive políticos. Dentro da medicina também não existe uma uniformidade nos  
166 fazeres desse processo. O movimento social solicitou participação nessa Comissão e  
167 foi ouvido, com apoio do CFP e Ministério da Saúde. Um dos entraves para a  
168 publicação de nova resolução do CFM foi o fato de ter vazado a informação de que  
169 haveria o bloqueio hormonal de crianças, o que provocou muita pressão aos membros  
170 do CFM, de modo que a Comissão levou cerca de seis meses para se recuperar dessa

171 ocorrência. Agora o trabalho está sendo concluído, contemplando posições do CFP e  
172 do CFESS, o qual também possui uma resolução sobre o processo transexualizador.  
173 A composição do texto não foi fácil, principalmente porque os médicos tinham certa  
174 expectativa sobre o fazer do psicólogo, mas aos poucos, durante o trabalho, o CFP  
175 conseguiu ir mostrando que as atribuições do psicólogo se dão de outra maneira.  
176 Sandra Elena Sposito ponderou que a resolução não é o ideal ainda, mas trouxe  
177 avanços. O primeiro é dispor sobre a linha de cuidado específica à incongruência de  
178 gênero, como uma linha de oferta integral e multiprofissional, contemplando um  
179 projeto terapêutico singular para cada indivíduo. O modelo envolve acolhimento e  
180 não determina um prazo para isso, devendo a equipe avaliar o prazo em cada caso. O  
181 segundo avanço é o aumento da autonomia do trabalho do psicólogo, saindo do papel  
182 de fazer psicoterapia compulsória para gerar um laudo, e passando a atuar na  
183 promoção da saúde mental. O terceiro grande avanço é a redução da idade para a  
184 realização de bloqueio hormonal (de 18 para 16 anos) e para a cirurgia (de 21 para 18  
185 anos). Uma questão discutida, mas que por enquanto não faz parte dessa resolução é a  
186 faloplastia, pelo fato de ser uma cirurgia muito arriscada para a plena reconstituição  
187 da uretra e do canal excretor, de modo que não há garantia de que todo o sistema  
188 volte a funcionar normalmente. Assim, metoidioplastia ficou como procedimento  
189 preferencial, ou seja, desenvolvimento do clitóris por meio hormonal. O CFM  
190 pretende aprovar a resolução este mês. Ficou aprovada a possibilidade de produção  
191 de matéria do CFP em apoio à norma, se necessário. 13. SOLICITAÇÃO DE  
192 APROVAÇÃO DE PARECER - ESTATUTO NASCITURO: Sandra Elena Sposito  
193 informou que na última plenária o CFP tomou conhecimento de que o PL 10774-  
194 2018, sobre o Estatuto do Nascituro, voltou para a pauta parlamentar. Assim, o  
195 parecer produzido pela Gerência Técnica com auxílio dela e de Jureuda Duarte  
196 Guerra foi lido e aprovado. 14. DIREITOS REPRODUTIVOS: Sandra Elena Sposito  
197 informou que após audiência pública de agosto sobre a descriminalização do aborto,  
198 o CFP foi incluído em uma Frente Nacional pela Descriminalização das Mulheres e  
199 Legalização do Aborto. A frente é composta por cerca de trinta grupos e tem sido  
200 coordenada por Sandra Camurça da SOS Recife. Até o momento, a frente tem  
201 disparado vários e-mails dentro do grupo e tem pensado em alguns eventos, como o  
202 Festival Maternidade Livre - Pela Vida das Mulheres, em fevereiro. Foi encaminhado  
203 que Jureuda Duarte Guerra será a representante do CFP no grupo. 15.  
204 SOLICITAÇÃO DE POSICIONAMENTO - MATÉRIA SOBRE FOTO DO



205 PRESIDENTE DO CFP COM MADURO: Na plenária anterior ficou combinado que  
206 o CFP deveria construir uma nota para responder a solicitação do CRP-06/SP. A nota  
207 foi apresentada e após duas correções (substituir o termo pousada e mencionar que as  
208 diárias nacionais e internacionais são regulamentadas em resoluções), a nota foi  
209 aprovada por unanimidade. 16. PLS 511/2017 E PL 769/2015 - JORNADA  
210 SEMANAL DE TRABALHO DO PSICÓLOGO: Camila Dias (GTEC/CFP)  
211 informou que a Gerência Técnica produziu minuta de parecer sobre o assunto e pediu  
212 apreciação do documento. Ela destacou que não há argumentos novos, assim, o  
213 documento foi feito com base no parecer do antigo PL, que foi vetado, e foram  
214 acrescentados alguns argumentos retirados do Caderno de Deliberações do IV CNP -  
215 Congresso Nacional de Psicologia. O documento foi lido. Foi definido substituir o  
216 termo "carga horária" por "jornada de trabalho". Foi solicitada a inclusão do ano e  
217 fonte dos dados mencionados. Foi solicitado retirar a argumentação específica sobre o  
218 Rio de Janeiro. A plenária fez ponderações sobre a linha argumentativa utilizada, pois  
219 no início do texto se faz referência à saúde do trabalhador e, em outro momento, se  
220 aborda a questão dos baixos salários. Foi encaminhado que a linha argumentativa  
221 deve ser a proteção da qualidade do trabalho do psicólogo para benefício da  
222 população, sem menção às questões salariais. Foi definido que se explore no texto o  
223 fato de que nos locais em que se concretizou a jornada de 30 horas, não houve perda  
224 de produtividade, pelo contrário. O serviço foi organizado de tal forma que houve o  
225 devido ajuste das equipes às salas de atendimento, evitando problemas sobre falta de  
226 salas, revezamentos de equipes e outros. Além disso, ficou evidente que os  
227 trabalhadores que fazem a jornada de 30 horas utilizam as horas vagas para a  
228 formação continuada, além de, para lazer e para outros benefícios que também  
229 promovem saúde mental dos psicólogos e refletem na qualidade dos serviços  
230 prestados por eles. Jureuda Duarte Guerra informou que há uma pesquisa,  
231 mencionada inclusive em um parecer do CRP-10/PA/AP, que mostra que o  
232 profissional de psicologia é o que mais procura pós-graduação. Ela ficou de enviar  
233 esse material à GTEC para auxiliar na reformulação do documento do CFP. Ficou  
234 encaminhado que, após as correções, o parecer do CFP deve ser enviado para revisão  
235 final do Conselheiro Rogério Giannini. 17. NOTA DO CFP SOBRE PORTARIA Nº  
236 3.659/2018, do Ministério da Saúde: Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa e Marisa  
237 Helena Alves Batista apresentaram a nota. Foi realizada uma correção de Português  
238 no final do item sete e o documento foi aprovado. Foi deliberado que a nota seja

*Handwritten signatures and initials on the right margin:*  
- *WBA*  
- *Paulo*  
- *GO*  
- *A*  
- *J*  
- *Marisa*  
- *M*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page:*  
- *[Signature]*  
- *[Signature]*  
- *[Signature]*  
- *[Signature]*  
- *Jureuda*  
- *[Signature]*  
- *[Signature]*

239 apresentada na reunião de presidentes. 18. EXIGÊNCIA DA VIGILÂNCIA  
240 SANITÁRIA PARA CONSULTÓRIOS PSICOLÓGICOS: Rosane Lorena Granzotto  
241 informou que a Ouvidoria do CFP recebeu queixa de duas profissionais do Rio de  
242 Janeiro, por terem recebido visita da vigilância sanitária, a qual exigiu que seja  
243 colocada uma pia dentro do consultório, caso contrário, o psicólogo pode pagar multa  
244 ou ter seu consultório fechado. Rosane Lorena Granzotto informou que pensou em  
245 procurar a Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária para saber em que lei  
246 se baseia essa exigência, já que as psicólogas não foram informadas e que a equipe  
247 técnica do CFP pesquisou, mas não localizou norma nesse sentido até o momento. Às  
248 catorze horas, o Conselheiro Pedro Paulo Gastalho de Bicalho encerrou a sessão  
249 plenária. Esta ata foi lavrada por mim, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho,  
250 Conselheiro-Secretário do CFP, a qual foi lida e assinada por todos os presentes  
251 acima nomeados e referenciados.

P

*Maurício*  
*Malu*   
*Luiz*   
*Joana* 